

O TRATADO DE MAASTRICHT E OS CIDADÃOS: CIDADANIA ATIVA EM CONTEXTO EUROPEU

Olinda Maria Martinho Rio

Doutoranda FLUC

E-mail: ommrio@hotmail.com

Resumo

No seguimento de uma proposta recente da Comissão Europeia, o ano de 2013 foi declarado como o Ano Europeu dos Cidadãos. Este trabalho pretende constituir-se como um contributo em torno do debate sobre a cidadania e a sua importância no contexto europeu. Tomará a forma de um memorando académico, elaborado no âmbito do Seminário da unidade curricular “Integração Europeia e Cooperação Internacional”¹, do Doutoramento em Estudos Europeus da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, que a Autora frequenta. Propomo-nos realizar uma abordagem teórica e sintetizada a questões diretas e atuais, construindo aqui, através da problematização, um exercício de cidadania que favoreça o esforço de pensar a Europa.

Palavras-chave: Cidadania Europeia; Tratado de Maastricht; Educação; Ética, Capital Humano

Abstract

Following a recent proposal from the European Commission, the year 2013 was declared as the European Year of Citizens. This work aims to establish itself as a contribution in the debate on citizenship and its importance in the European context. Take the form of an academic memo, prepared in the course of the Seminar "European Integration and International Cooperation", of the PhD in European Studies, FLUC, that the claimant attends. We propose to conduct an theoretical and synthesized approach to direct and current questions building here, problematizing, an exercise of citizenship that encourages the effort of thinking about Europe.

¹ Lecionada pelo Professor Doutor António Martins da Silva

Keywords: European citizenship, the Treaty of Maastricht, Education, Ethics, Human Capital.

I - Introdução

«Eu represento um partido que não existe ainda
O Partido Revolução – Civilização
Este partido edificará o século XX
E fará nascer, primeiro os Estados Unidos da Europa
Depois os Estados Unidos do Mundo»

Victor Hugo

Como celebração do vigésimo aniversário da introdução da cidadania da União pelo Tratado de Maastricht, a 1 de Novembro de 1993, a Comissão Europeia propôs que 2013 fosse considerado o “Ano Europeu dos Cidadãos”. «Para assinalar este acontecimento será organizada em toda a UE uma série de eventos, conferências e seminários, a nível nacional, regional ou local. O objetivo do Ano Europeu dos Cidadãos consiste em facilitar aos cidadãos da União o exercício do seu direito de circular e residir livremente no território da UE, assegurando um fácil acesso às informações sobre os seus direitos»².

O curso de Doutoramento em Estudos Europeus 2011-2015, numa deliberação conjunta dos seus Doutorandos/as e Professores/as, tomou a iniciativa de associar-se à celebração daquele que considera ser um desígnio para os Europeus – A Cidadania Europeia. Concorre assim para o objetivo específico deste Ano Europeu de «aumentar a sensibilização para a forma como os cidadãos podem beneficiar dos direitos e políticas da UE e estimular a sua participação ativa no processo de elaboração das políticas da União».³

A abordagem desta temática será efetuada com base na exploração de questões, à luz do nosso tempo, que nos inquietam e impelem para uma reflexão aturada, tais como: É importante ter consciência do passado para termos uma visão de futuro? Cidadania Europeia: como chegámos aqui? O que entendemos por Cidadania ativa? Até que ponto estamos a criar uma ditadura técnica e burocrática? Em que medida o novo conceito de Governação é pertinente? Qual o papel da Educação? Qual o contributo do Grupo Português de Educação para a Cidadania e Direitos Humanos? O capital humano é solução para a crise? Qual a importância da dimensão ética da Cidadania? Estamos num momento de viragem? A História

In *Europa Press Releases*. [Consult. em 01 de fevereiro de 2012].
Disponível em WWW: <URL: http://ec.europa.eu/index_pt.htm >.

³ Especificamente, o objetivo do Ano Europeu consiste em: aumentar a sensibilização dos cidadãos para o seu direito de residir livremente na União Europeia; aumentar a sensibilização para a forma como os cidadãos podem beneficiar dos direitos e políticas da UE e estimular a sua participação activa no processo de elaboração das políticas da União; estimular o debate sobre o impacto e o potencial do direito de livre circulação, em especial em termos de reforço da coesão e de compreensão mútua.

está em aberto? É este o momento para a Alemanha retribuir a generosidade de que foi objeto no passado? Que cultura nos une? Quais os valores comuns? Vale a pena lutar por eles? A ideia da Europa é comum a cada país? É Portugal, um País pró-europeu? A Cidadania europeia está interiorizada na nossa população, nomeadamente nos jovens? Estará a crise europeia associada a uma crise de liderança? Que porvir para a cidadania europeia deste século?

Nesta linha de interrogações, esperamos construir aqui, através da problematização, um exercício de cidadania que favoreça o esforço de pensar a Europa.

Este memorando académico, a publicar na revista “Debater a Europa” do Centro *Europe Direct* constitui-se, ainda, como o embrião de uma Conferência Internacional a realizar, neste âmbito, por este Curso.

II – Considerações sobre as questões em epígrafe

1 - É importante termos consciência do passado para termos uma visão de futuro?

É o conhecimento do passado, bem como a informação do presente, que permitem a antecipação e a capacidade de antevisão que nos permitem perspetivar o futuro. O passado não faz futuro. Se queremos ter futuro, temos que participar na sua construção, aprendendo com os erros do passado, não os repetindo, valorizando e adaptando o que foi acertado. A atitude, o perfil, o ADN de um povo não se modifica assim tanto. "Quem não tem história nem passado, não tem presente nem futuro", afirmava Dilma, a carismática e determinada Presidente do Brasil, em 2010. Também para nós, Europeus, olhar para o passado negro e “desesperançoso” que a Europa tinha é uma forma de valorizar o presente e garantir o futuro. Não olhar para trás é um perigo enorme para um Continente que tem a história que nós temos.

Temos uma história de guerra cruel, sangrenta e devastadora. Olhar para ela será valorizar a Paz. Das ditaduras retiremos os valores da Democracia e da Liberdade. Da recessão económica, valorizemos o emprego e atentemos à prevenção da pobreza. A história é semeada de diferenciações salutares, de especificidades regionais que nos enriquecem como povo europeu; valorizemos a Diversidade. Entre os percursos de europeus proeminentes - Churchill, Adenauer, Jacques Delors e muitos outros - que souberam lutar contra o ceticismo europeu, exultemos e honremos a sua memória, valorizando e orgulhando-nos da União Europeia que hoje temos.

2 - Cidadania Europeia. Como chegámos aqui?

Em 1992, enquanto muitos países que tinham feito parte da União Soviética celebravam o fim da “dominação moscovita”, na Europa Ocidental, 12 países democráticos, entre os quais Portugal, optaram por ceder parte da sua soberania em favor de uma mais efetiva União. O Tratado da União Europeia (TUE), conhecido como o Tratado de Maastricht, constitui um passo determinante no processo de integração europeia, pois ultrapassa, pela primeira vez, o objetivo económico inicial da Comunidade dando-lhe uma vocação de unidade política.

É o Tratado de Maastricht que consagra oficialmente o nome de ‘União Europeia’, que a partir daí substituirá o de Comunidade Europeia. Como resultado deste tratado histórico, foi criada a União Europeia e deu-se o primeiro passo para a Cidadania Europeia, tal como a conhecemos hoje. No seu artigo 2º o TUE expõe: «O presente tratado constitui uma nova etapa no processo criador numa União cada vez mais estreita entre os povos da Europa...»

O termo União representa o avanço histórico no projeto da construção europeia. A institucionalização da cidadania europeia no Tratado da União Europeia foi sem dúvida o mais importante esforço de fazer uma ponte entre as instituições da União e os cidadãos, de fazer com que os europeus sintam a construção europeia como algo que os afecta para além das regulamentações económicas e administrativas de Bruxelas, algo que tem a ver com os seus direitos e deveres e que mexe sobretudo com a sua identidade.

Consta que a inclusão do capítulo sobre a cidadania europeia no tratado de Maastricht foi sugerida por Filipe González, então chefe do governo espanhol, que referiu o grande desequilíbrio entre os avanços económicos (União Económica e Monetária) e os progressos políticos no Tratado. Surge assim o capítulo da cidadania: a Europa avança, não só na integração económica, mas também na construção política. Nos direitos reconhecidos no estatuto de cidadania, o mais importante, a livre circulação e residência, é bem visto nos setores mais europeístas, mas estimada com apreensão pelos eurocéticos, cujos representantes mais notáveis são a Grã-Bretanha e a Dinamarca. Aliás, na Dinamarca, o TUE foi rejeitado no referendo de Janeiro de 1992.⁴ A este propósito, o Conselho Europeu recordou, nos seus comunicados, que a cidadania europeia «não substitui de modo nenhum a cidadania nacional» e que a UE «respeita a identidade nacional dos seus membros».

⁴ Tal como o Tratado de Lisboa, o Tratado de Maastricht não foi aceite em alguns países. A Dinamarca precisou de dois referendos e várias emendas antes de dizer “sim” e em França o referendo passou apenas com 51% de votos favoráveis. O Reino Unido acabou por optar ficar fora da futura Zona Euro, em linha com a sua persistente atitude eurocética.

Os direitos reconhecidos no estatuto de cidadania são, para muitos, ainda escassos e afetam um número reduzido de europeus. O mais importante é, sem dúvida, o da livre circulação e residência. Avançou-se de forma notável desde o Tratado de Roma no que respeita à liberdade de circulação, que antes era apenas ligada à atividade laboral. Note-se que, apesar dos acordos e Convénio de Schengen, qualquer país pode restabelecer os controlos fronteiriços, no caso de ver a sua segurança ameaçada. Também a permissão de residência continua a ter limitações distintas nos diferentes países.

Os restantes direitos têm um reflexo menos evidente na vida quotidiana dos europeus: o direito de apelar ao Provedor de Justiça só se refere aos assuntos de competência comunitária; o direito de petição ao parlamento, embora em moldes diferentes, já existia; o direito de sufrágio noutro país membro refere-se apenas ao sufrágio autárquico e ao sufrágio para o PE. Também o direito de proteção diplomática só é aplicado no caso em que os países visitados não existam representações do seu próprio Estado.

O conceito de cidadania, advindo da Grécia clássica, experimentou importantes alterações, mas há algo que continua atual: baseia-se numa “regra de exclusão”. Define quem é ou quem não é cidadão. No que respeita à cidadania europeia, é inconsequente que a mesma pessoa procedente de um mesmo país, com as mesmas condições e anos de residência, possa nacionalizar-se como cidadão de um estado membro e, como tal, europeu, em alguns dos estados membros, enquanto que noutros continua a ser estrangeiro.

Na Alemanha, por exemplo, o direito de cidadania tem muito a ver com “direito de sangue”. Noutros países, como a França, a nacionalidade é outorgada facilmente a um cidadão de segunda ou terceira geração de um terceiro país. Na verdade, o grande dilema que se enfrenta na Europa é o de milhões de nacionais de terceiros países que a povoam e que são em alguns locais uma maioria. É uma realidade inegável que são parte da Europa, do «povo europeu», da «identidade europeia». Lidar com a diversidade e o multiculturalismo é, portanto, o maior desafio que se coloca à UE.

3 - O que entendemos por Cidadania ativa?

Uma opinião pública cada vez mais atenta, informada e consciente da sua cidadania supranacional exige mudança, exige um envolvimento responsável e ativo, exige uma participação efetiva. O aumento da literacia e das habilitações favorece esta tendência para o aumento da participação social, da cidadania ativa.

A União Europeia (UE) convive hoje com formas de globalização que tornam cada vez mais necessária uma proximidade das instituições aos cidadãos. Os cidadãos da União Europeia não pretendem resumir a sua participação à circulação e residência ou ao ato

eleitoral autárquico, mas desejam contribuir no dia-a-dia para a resolução dos problemas que os afetam, desenvolvendo uma cidadania ativa num contexto europeu.

Ajudar as pessoas a desenvolver-se como cidadãos ativos envolve bem mais do que apresentar-lhes informação factual. O conhecimento prático e conceptual envolve a aquisição de um leque de *skills* e aptidões, de atitudes e valores que se apliquem nas várias dimensões da cidadania activa: política, jurídica, social e económica.

«According to the Council of Europe’s 2008 White Paper on Intercultural Dialogue, “Living together as equals in dignity”,⁵ in order to live together in peace people need skills or “competences” which are not automatically acquired, but if they are to be maintained for life, they need to be taught and practised from an early age. School teachers obviously have a vital role to play in helping children develop these skills, but informal education and life-long educational programmes can also play an important role in sustaining them, as well as helping adults who have missed out on this aspect of full-time education»⁶.

A UE procura criar fatores contextuais que propiciem esta participação ativa pois um cidadão informado é indubitavelmente um melhor cidadão: participa mais no processo democrático, tem opiniões fundamentadas e estáveis, valoriza e apoia as liberdades cívicas e os direitos sociais. Esta capacidade de exercício pleno da cidadania, no que esta contém de direitos e responsabilidades, depende destes fatores, nomeadamente no investimento no Capital Humano - de que falaremos mais adiante -, mas depende também das características e sobretudo da motivação pessoal para obter a informação necessária a este exercício.

4 - Até que ponto estamos a criar uma ditadura técnica e burocrática?

Disponibilizando uma grande quantidade de informação em formatos e meios variados, as instituições europeias não têm em conta os aspectos relacionados com as competências dos indivíduos para usarem essas ferramentas ao seu dispor.

Na realidade, há uma clara desigualdade de oportunidades relacionada sobretudo com a cidadania nacional de cada um. Os formatos, a língua, a linguagem utilizados são completamente “estranhos” para a maior parte das pessoas que não são belgas, francesas, alemãs ou inglesas. A Comunicação Pública da maior parte das Instituições Europeias não tem em consideração as especificidades dos públicos a que se dirige. Para além disso, os processos administrativos têm associados processos burocráticos tão rebuscados que

⁵ Lançado pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros do Conselho da Europa na Sessão Ministerial nº118 (Estrasburgo, 07 Maio de 2008).

⁶ Joschka Fischer *et al.* – “Living together. Combining diversity and freedom in 21st century Europe”, in *Report of the Group of Eminent Persons of the Council of Europe*, 2011, [em linha].. [Consult. 23 de Janeiro de 2012]. Disponível em WWW: <URL: http://www.coe.int/t/dg4/education/edc/default_EN.asp>.

poderíamos apelidá-los de “soviéticos”. Este modelo burocrático bloqueia a iniciativa dos funcionários a um nível individual, bem assim como a participação ativa dos cidadãos.

As tecnologias da informação e da comunicação (TIC) são um importante instrumento para o incremento da participação dos cidadãos na vida pública e para a modernização da Administração Pública. Estas ferramentas permitem criar mecanismos mais compatíveis com a vida agitada dos cidadãos modernos.

Também a comunicação pública se assume como um meio estratégico para aproximar a Administração Pública dos cidadãos. Cabe à comunicação pública dar a conhecer os serviços prestados pela administração à coletividade, conferindo-lhe visibilidade, e criando uma imagem positiva e credível da sua atuação.

É importante produzir e disponibilizar informação de qualidade, organizada na perspectiva dos cidadãos, horizontal e integrada, simples, que forneça elementos concretos, adaptada ao perfil dos diferentes destinatários. Por outro lado, é necessário desenvolver competências de literacia da informação que conduzam a um pleno exercício da cidadania europeia. O êxito da mudança depende da capacidade de estabelecer uma relação de comunicação com o maior número de atores envolvidos, recorrendo a múltiplos canais de comunicação.

5 - Em que medida o novo conceito de Governação é pertinente?

As tradicionais relações verticais entre governos e governados estão a dar lugar às relações horizontais da governação, em que as Instituições políticas partilham o seu poder e agem em parceria com outros interlocutores, mantendo a sua posição central apenas para coordenar, mediar e negociar os interesses dos diferentes atores que colocam os seus recursos, as suas capacidades e os seus projetos numa rede comum e partilham deveres e responsabilidades. É tecida uma relação contratual entre a sociedade e os seus governantes, tendo como objetivo melhorar a eficácia e a eficiência do serviço prestado, assim como a legitimação do exercício do poder.

O governo dá lugar à governação, que coloca a tónica na cidadania redefinindo fronteiras entre Governo e Sociedade, valorizando a participação desta para enfrentar os desafios, nomeadamente a legitimação do poder das autoridades públicas. Estas não podem conduzir e implementar políticas, por muito boas que sejam, se os cidadãos não as entenderem e apoiarem. Trata-se de centrar a governação nos cidadãos e de implementar práticas governamentais que encorajem de forma permanente o exercício da cidadania plena e das suas responsabilidades. É necessário talento, criatividade, assertividade, esforço, conhecimento e uma liderança inovadora, corajosa e ética para seguir este caminho. Aqui não

cabem promiscuidades entre política e negócios privados, política e interesses pouco transparentes, política dos Estados Nação em detrimento de interesses comuns à EU.

A importância de encarar o cidadão como partícipe da governação remete para um tema de grande atualidade para todas as organizações, os UGC (User-Generated Content), conteúdos produzidos por cidadãos, de forma individual, ou organizados em grupos “lobbies”, nos mais variados contextos. A questão que se coloca é, quais as políticas a adotar para melhorar a sua qualidade e quantidade ao serviço das mais diversas áreas, bem como a capacidade de recolher, tratar e divulgar informação relevante para a promoção da cidadania participativa e para a criação de valor público.

Esta *governança* exige que os responsáveis políticos e os recursos humanos da Administração Pública Europeia desenvolvam novas competências, no âmbito do conhecimento e no âmbito comportamental, assim como no domínio das TIC e da gestão de redes, o que implica formação ao longo da vida.

6 - Qual o papel da Educação?

Ao contrário do referido em documentos oficiais das instituições europeias, a cidadania da UE não é caracterizada exclusivamente pelos direitos a ela inerentes. A Cidadania Europeia também implica responsabilidades, o que, ao contrário de nos afastar, nos vincula. No contexto Europeu, isto significa «actively involved [...] to develop a sense of European identity, [thus] enhancing mutual understanding between Europeans» (Comissão’s ‘Europe for Citizens’ Programme).

Estas responsabilidades, se não estão a ser vividas plenamente no contexto europeu, é porque elas têm que ser ensinadas. A educação (formal, informal e não-formal) tem um papel crucial na formação dos jovens, sobretudo, mas também nos menos jovens, para se tornarem cidadãos responsáveis. É através desta que adquirem informação, conhecimento, competências, que lhes permitem agir de forma comprometida e consequente.

A Educação é sobejamente reconhecida como um pilar de Cidadania. Daí a sua importância para desenvolver os conhecimentos, atitudes e competências essenciais para se ser cidadão.

É, essencialmente, através da Educação que formamos consciências, construímos personalidades e preparamos cidadãos capazes de intervir de uma forma ativa, mas tranquila; descontraída e natural, mas responsável.

7 - Qual o contributo do Grupo Português de Educação para a Cidadania e Direitos Humanos?

O conselho da Europa tem vindo a lidar com estes temas desde há vários anos, através do seu programa «Educação para uma Cidadania Democrática e os Direitos Humanos» (ECD – DH), concretizado através de grupos de especialistas em educação e democracia, que em Portugal está sediado no Ministério da Educação e da Ciência.

O Projeto, em a que Autora tem o privilégio de participar, funciona desde 1997 e constitui uma referência na história da consideração da ECD como dimensão prioritária das políticas e das reformas educativas e na promoção da ponte entre as políticas e as práticas. Se inicialmente a cidadania democrática implicava um conceito de participação ativa, atualmente integra os Direitos Humanos sob uma perspetiva que integra a educação global.

«As prioridades da 3ª (2006-2009) e 4ª (2009-2012) fases passam pelo desenvolvimento de Políticas educativas para a cidadania democrática e para a inclusão social; pelo reforço da «Governança» Democrática das Instituições de Educação; pela promoção de um sistema que garanta a qualidade da ECD/DH que passe pela sua avaliação, monitorização e acompanhamento; pelos Novos papeis e competências dos professores e de outros intervenientes educativos para a Educação para a Cidadania Democrática e para os Direitos Humanos; pela sensibilização das alunas e alunos para os valores da cidadania, nomeadamente para os direitos, responsabilidades e deveres associados».⁷

O trabalho deste grupo tem-se traduzido no desenvolvimento de um conjunto de práticas educativas, formais ou informais, que visam seguir estas prioridades, promovendo uma nova Cidadania.

8 - O capital humano é a solução para a crise?

«Fundamentally, man is the key to all problems, not Money. Funds are valuable only when used by trained, experienced and devoted men and women. Such people, on the other hand, can work miracles even with small resources and draw wealth out of barren land. »

Dag Hammarskjöld⁸

Gary Becker⁹ autor do livro *Human Capital*, 1964, demonstrou que a saúde, o conhecimento, a capacidade de aplicar o conhecimento na resolução de problemas e no saber fazer, assim como o desenvolvimento de atitudes comportamentais positivas e a motivação

⁷ Olinda M. M. Rio, “Aprender a viver a democracia – Novas realidades, novos horizontes”, in *Revista Debater a Europa*, dezembro/janeiro, 2010. [em linha]. [Consult. 02 de fevereiro de 2012]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.europe-direct-aveiro.aeva.eu/debatereuropa/>>.

⁸ Secretário-geral da ONU de 1953 a 1961, ano em que morreu num acidente de avião. Prémio Nobel da Paz, postumamente em 1961.

⁹ Prémio Nobel de Economia, em 1992.

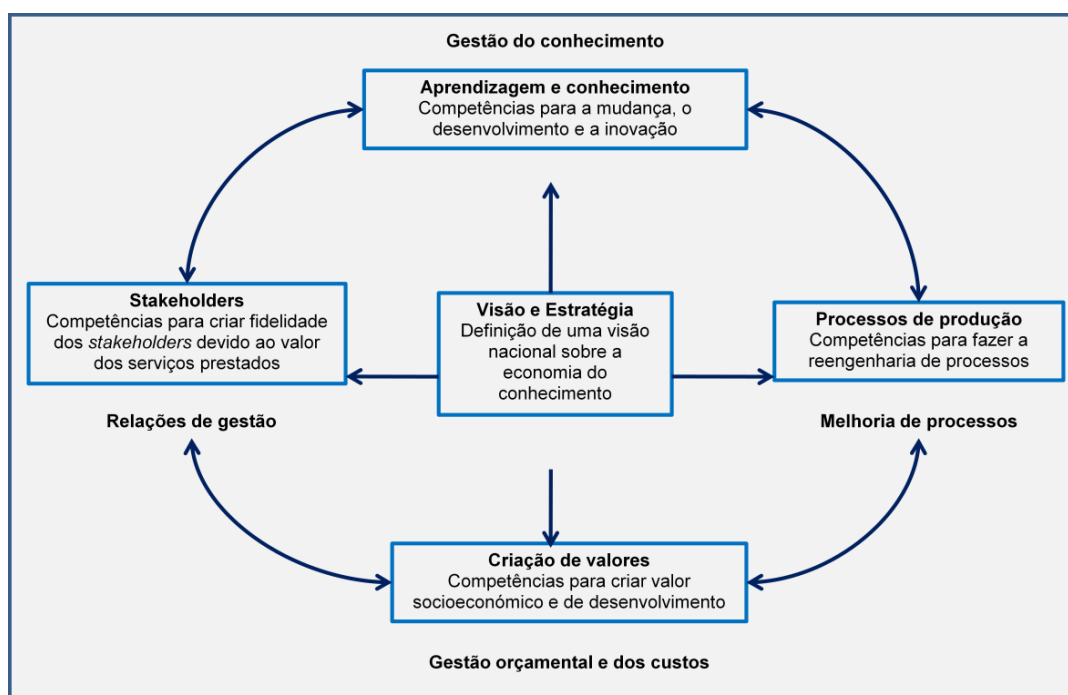
para desempenhar funções laborais, são fatores essenciais para a produção de valor económico pelo trabalho e, subsequentemente, para a criação de riqueza e de bem-estar.

O desenvolvimento da teoria do capital humano foi impulsionado pelas tecnologias de informação e de comunicação (TIC), com destaque para a *Web*, na medida em que o desenvolvimento dessas tecnologias exige competências humanas com elevadas capacidades de conhecimento e de inovação, por um lado, e, por outro lado, a utilização dessas tecnologias potenciou a emergência da sociedade da informação e do conhecimento.

A resolução da crise atual exige que o capital humano possa contribuir para a boa governança.

«O capital humano de um país é o conjunto de competências das pessoas desse país que se traduzem em educação, experiência, conhecimento, perícia e visão intuitiva. Estas competências constituem ativos, que são propriedade inalienável dos indivíduos. O retorno do investimento nacional em capital humano tem de se traduzir na criação de valor para a sociedade. O problema reside no facto de ser de difícil mensuração, em termos financeiros, o valor que o capital humano produz para a sociedade, quando, pelo contrário, o custo do investimento em capital humano pode ser medido através das despesas em educação, formação profissional, saúde, cultura, etc »

Figura 1 - Retorno do Investimento em Capital Humano e gestão de competências¹⁰



(Melhotra, 2003)

¹⁰ Yogesh Melhotra, "Balanced Score Card for Knowledge Assets Measurement and Management". Presentation delivered at the *Ad Hoc Group of Experts meeting, Knowledge Systems for Development United Nations Headquarters*, New York: United Nations Headquarters, 2003, (em linha). [Consult. em 12 de janeiro de 2012]. Disponível em WWW: <URL: <http://km.brint.com/KnowledgeManagementMeasurementResearch.pdf>>. p. 32.

A Declaração do Rio de 1992, aprovada na Conferência Mundial sobre Ambiente e Desenvolvimento, a Declaração de Pequim de 1995, aprovada na IV Conferência Mundial sobre a Mulher: Igualdade, Desenvolvimento e Paz, a Declaração do Milénio aprovada na Cimeira do Milénio que se realizou em Nova York, em Setembro de 2000, são marcos civilizacionais na defesa do ambiente e do desenvolvimento sustentável, na promoção da igualdade de género e no combate à pobreza, na resolução de conflitos e na defesa da paz.¹¹ Na União Europeia, a partir de 2000, o Conselho Europeu passou a considerar o investimento em capital humano como uma prioridade política, assumindo como objectivo da Estratégia de Lisboa “converter a UE na economia do conhecimento mais competitiva e dinâmica do mundo, antes de 2010, capaz de um crescimento económico duradouro acompanhado por uma melhoria quantitativa e qualitativa do emprego e maior coesão social”.

Por outro lado, segundo Rato e Silva (2011), o Conselho Europeu de Gutemburgo, reunido em 2001, aprofundou a perspetiva da Estratégia de Lisboa, ao acrescentar-lhe uma dimensão ecológica, visando o desenvolvimento sustentável. Já em 2005, na sequência do Relatório Kok¹², foi lançada a *Estratégia de Lisboa Renovada*, onde se definiram como prioritários os seguintes três eixos de atuação: «**Sociedade da informação**, através de definição de um quadro regulador das comunicações electrónicas, do encorajamento à difusão das TIC, da criação de condições para o desenvolvimento do e- comércio, do suporte à liderança Europeia no domínio das tecnologias de comunicação móveis; **Investigação**, através da criação de um espaço de investigação e de inovação, elevando as despesas com I&D para 3% do PIB, tornando a Europa mais atrativa para os seus melhores cérebros e promovendo as novas tecnologias; **Educação e capital humano**, reduzindo para metade o abandono escolar, adaptando os sistemas de educação e de formação profissional às necessidades da sociedade do conhecimento, fomentando a aprendizagem ao longo da vida para todos, promovendo e facilitando a mobilidade».

Subsequentemente, a União Europeia implementou uma série de Programas orientados para a formação de capital humano, entre os quais se destaca o Programa para a Aprendizagem ao longo da Vida, 2007-2013, que, para além da sua transversalidade, inclui uma série de Programas Sectoriais, como o Programa Leonardo da Vinci e o Programa Erasmus. Em Setembro de 2011, na Cimeira do Conselho de Lisboa sobre Competências e Capital Humano, reafirmou-se que o capital humano é o fator essencial para acelerar o crescimento e a inovação.¹³ Foi, assim, acentuada a importância do investimento no capital

¹¹ Cf. *Human Development Report*, 2000.

¹² Wim Kok foi Primeiro -Ministro da Holanda, de 1994 a 2002.

¹³ Cf. *Skills and Human Capital Summit - Getting Europe Back to Work: How Skills and Human Capital can accelerate Growth and Innovation*, 2011.

humano das instituições, colocando-o ao mesmo nível do investimento nas TIC e em infraestruturas.

9 - Qual a importância da dimensão Ética da Cidadania?

A ética, bem como a responsabilidade política e administrativa, são elementos fundamentais na produção de confiança dos cidadãos. Sem confiança nos procedimentos e nos processos não haverá adesão aos mesmos. Os cidadãos têm cada vez menos confiança nos políticos e nas instituições públicas. Reclamam responsabilização, transparência e participação ativa na gestão dos seus interesses particulares e coletivos.

Os países nórdicos são exemplares nesta matéria, sabem que não se «projeta o nome do país» com despesismos faraónicos, basta ser-se sensato e fazer da gestão das contas públicas um exercício de ética e responsabilidade. A atual presidência dinamarquesa da UE talvez aporte algo do melhor da cultura e valores éticos destes países, muito enraizados nos seus comportamentos, embora as prioridades definidas no seu Programa - legítimas e atuais - não contemplem a componente da Cidadania, e ainda menos a vertente relacionada com importância de uma cidadania supranacional, o que talvez esteja ainda relacionado com o ceticismo deste País nesta matéria¹⁴.

No mundo em que vivemos o conceito de «liberdade» deve estar associado a outros como «cidadania ética» e «responsabilidade». Liberdade é, na sua forma maior, liberdade de nos comprometermos, de honrar a nossa palavra, de demonstrarmos o quanto somos responsáveis. Só a pessoa que é deveras íntegra e responsável é autenticamente livre.

As pessoas estão dispostas a apoiar medidas duras com civismo, se forem aplicadas segundo os códigos de ética.

¹⁴ Cf. “Programa e prioridades da presidência dinamarquesa”, apresentado oficialmente em 06 de janeiro de 2012. [Consult. em 28 de janeiro de 2012]. Disponível em WWW: <URL: http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_cot_id=7285&p_est_id=14648>. A presidência dinamarquesa da União Europeia estabelece, no seu Programa, como principais prioridades: 1. Uma Europa responsávelGarantir a rigorosa implementação das medidas de coordenação ao nível da UE que visam assegurar a estabilidade das economias europeias e o seu crescimento sustentável, promovendo assim uma Europa economicamente responsável, baseada em finanças públicas sólidas e na aposta em reformas estruturais capazes de gerar crescimento e emprego. 2. Uma Europa dinâmica Fomentar o crescimento económico e a criação de emprego através do aproveitamento do potencial inexplorado do Mercado Único, nomeadamente desenvolvendo esforços que permitam prosseguir as 12 prioridades do «Ato para o Mercado Único». 3. Uma Europa verde Gerir a transição para uma economia mais verde, estimulando o desenvolvimento e concretização de medidas capazes de gerar um crescimento económico sustentável, contribuindo dessa forma para o cumprimento dos objetivos europeus em termos de redução do impacto ambiental das atividades económicas e do consumo de recursos energéticos. 4. Uma Europa segura. Estimular a existência de uma maior cooperação entre os Estados-Membros em matéria de segurança, de modo a garantir uma resposta mais eficaz face a um conjunto de ameaças que possuem uma natureza transnacional, bem como promover o reforço da capacidade da UE atuar de forma relevante e consistente no plano internacional.

10 - Estamos num momento de viragem? A História está em aberto?

«El mundo se encuentra ante unos retos sin precedentes. Nunca antes, en la historia reciente, había coincidido una recesión con unos cambios geopolíticos tan inmensos como los actuales. La tentación de defender ante todo unas prioridades nacionales equivocadas podría llevarnos a un desastre general.»¹⁵

Segundo Sollana, a única forma de evitar que acabemos nessa situação é uma *performance inteligente* por parte dos dirigentes políticos. Os líderes europeus devem compreender que os programas de ajustamento têm uma vertente social para além da vertente económica e que serão insustentáveis se os afetados tiverem que enfrentar anos de sacrifícios sem ver qualquer luz ao fundo do túnel e citamos:

«La austeridad a toda costa es una estrategia errónea, y no servirá de nada. No podemos permitir que una desacertada idea de "disciplina" cause daños permanentes en nuestras economías y se cobre un terrible precio humano en nuestras sociedades. Toda Europa debe ponerse de acuerdo sobre una estrategia de crecimiento a corto plazo y ponerla en práctica cuanto antes.»

Em Portugal, a recessão, em 2012, será mais profunda do que aquela que o Governo anunciou. Como diz Javier Sollana, sem crescimento não há austeridade que valha à crise. Subsistindo a moeda única, Portugal tem de integrá-la, porque o reverso da medalha é o hiperempobrecimento. Portugal tem que fazer tudo bem para ganhar tempo e não para resolver o problema, porque esse só terá solução dentro da União Europeia, caso esta encontre o caminho da coesão.¹⁶

É preciso notar que, com a introdução do Euro, nem todos os Países membros obtiveram as mesmas vantagens. A Alemanha ganhou muito, tornou-se um grande exportador. Nós, por exemplo, tornámo-nos importadores, com problemas sérios de competitividade. Os mecanismos da União Monetária não funcionaram. As transferências fiscais que existem entre estados federais não existem na Comunidade Europeia. A nossa ordem económica e social, a nossa política constitucional orçamental ou financeira não é a mesma. «Os alemães não devem apresentar-se como exemplo ou medida de toda as coisas aos [seus] parceiros europeus.» (Schmidt, 2011)

A leitura da introdução das medidas de governação económica da UE permite-nos obter uma visão global sobre a matéria e conhecer em profundidade cada um dos pilares da nova estrutura de governação económica (agenda económica comum, estabilidade na área do

¹⁵ Javier Solana é uma figura incontornável da atualidade. Membro do Grupo de pessoas eminentes do Conselho da Europa. Antigo Alto Representante para a Política Externa e de Segurança Comum da UE, ex-Secretário Geral da OTAN, ex ministro de Assuntos Estrangeiros de Espanha, é membro da Brookings Institution e Presidente do Centro de Economia Global e Geopolítica de ESADE.

¹⁶ Como denunciou, em 1954, Pio XII: “ A Europa não encontrará a sua verdadeira coesão na política nacionalista” . Os fracassos em matéria de coesão, como a malograda constituição da Comissão Europeia de Defesa, a que aludia Pio XII, têm ainda hoje repercussões gravíssimas.

euro e setor financeiro europeu). É o assunto do momento e vem referido na página da Comissão Europeia como:

«Governança económica da UE - Introdução às medidas de coordenação económica e orçamental: Na sequência da crise económica e financeira, as instituições europeias adotaram um conjunto abrangente de medidas de coordenação que visam conferir uma maior estabilidade às economias europeias, estabelecendo as bases de um crescimento sustentado»¹⁷.

Parece-nos um esforço importante no processo de reforço da coordenação económica e orçamental entre os Estados-Membros da UE, estabelecendo as bases de um trajeto de crescimento e criação de emprego nas economias europeias que esperamos tenha reflexos positivos na vida dos cidadãos e nos permita ver alguma «luz ao fundo do túnel».

11 – É este o momento para a Alemanha retribuir a generosidade de que foi objeto no passado?

A Alemanha assume, no contexto hodierno, uma posição de charneira na Europa. País económica e financeiramente estável, coloca-se num lugar de liderança entre as nações europeias. Contudo, o seu desempenho no quadro europeu tem sido alvo de alguma controvérsia, atendendo às posições tomadas por algumas franjas da população e aos gestos inflexíveis dos seus representantes em relação aos países em dificuldade, que compromete as bases da UE e os princípios que lhe subjazem.

Helmut Schmidt, Chanceler da Alemanha ocidental desde 1974 a 1982, no seu discurso ao Congresso do SPD, em 4 Dezembro de 2011, em Berlim, reafirmou a importância geopolítica da Alemanha, salientando a sua capacidade de reconstrução e produção. No entanto, não deixou de sublinhar, com séria humildade, o contributo das potências ocidentais, que foram capazes de mover a história em favor da democracia. O século XX ditou ao território alemão vitórias e derrotas, circunstâncias de abnegação e de reação visceral, e também papéis infelizes que a humanidade não esquecerá. Consciente do legado dos parceiros da União Europeia, faz um apelo à compreensão dos interesses de todos. Recordou Churchill, Schuman, Monnet e Charles de Gaulle, nomes do passado que pugnaram pela integração alemã na crise do pós 45.

Nas suas palavras transparece um enorme humanismo que advém de uma perspetiva pessoal que testemunha o respeito, a tolerância, o equilíbrio e a gratidão, capacidades que enformam o espírito de uma parceria. A Europa solidária construiu-se a partir dos escombros

¹⁷ Cf. *Governança económica da UE*, Eurocid. Centro de Informação Europeia Jacques Delors. [Consult. em 15 de fevereiro de 2012]. Disponível em WWW: <URL: http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_cot_id=7289&p_est_id=14652>.

de duas guerras mundiais que fizeram dela o seu palco. Reerguer-se e prosperar na construção de um novo futuro foi o objetivo dos países que aderiram ao projeto de união. Agora, em tempo de recessão económica, que tende a generalizar-se, os países mais robustos economicamente terão de demonstrar a sua fiabilidade e credibilidade. Caminhar sozinho poderá ser prejudicial, na ótica de Schmidt, já que o isolamento produz maior insegurança e fará remanescer a posição débil da Europa no mundo. A estratégia do Ocidente deverá ser comum, pois nessa força de sinergias poderá estar a chave do sucesso perante outras potências mundiais, outras economias emergentes que agora se agigantam e enfraquecem o peso do velho c

Na realidade, colocar a Alemanha numa rota individual, seduzida pelo seu brilho próprio, qual ilha de prosperidade, seria demasiado perigoso para a balança da economia europeia, agravaria a reação das periferias e a situação da Europa ficaria gravemente comprometida. A estratégia deve ir para além do horizonte imediato de um umbigo, pois a realidade deve ser analisada à escala mundial. Neste ponto, a Alemanha não pode deslocalizar-se, por isso urge intervir de forma inteligente e astuciosa na economia externa.

«Todos nós em conjunto somos responsáveis pelos efeitos futuros na Europa por tudo o que hoje a Alemanha faz ou deixa de fazer. Precisamos de razoabilidade europeia. Mas não precisamos só de razoabilidade, mas também de um coração compreensivo com os nossos vizinhos e parceiros.»

Schmidt (2011)

Estas palavras são o espelho de um homem que se assume como defensor da solidariedade europeia e que admite a dívida comum sem preconceitos, simplesmente porque reconhece o valor da história de diferentes nações que tiveram momentos de glória e momentos de desilusão, sendo que o tempo tem a propriedade inalienável de trazer ciclicamente uns e outros. A glória comum da Europa tem sido construída na unidade e é por aí que devemos construir o nosso orgulho.

Os excedentes de uns são os défices de outros. Trabalhar e lutar para que o equilíbrio económico e financeiro possa ser encontrado no sentido de a União Europeia se reencontrar na firmeza e na confiança que a fez nascer será uma lição para o mundo.

A posição central preponderante da Alemanha, demográfica e economicamente, reforça a sua presença genuína na integração europeia. A recente crise e precaridade económica da Europa faz crescer o seu interesse estratégico e desperta o intento de retribuir a oportunidade do passado, que fez surgir um esforço entre as nações.

Nas palavras de Schmidt, desde Maastricht que assistimos a mudanças abruptas no mundo (a libertação das nações do leste europeu e a implosão da União Soviética; a ascensão fenomenal da China, da Índia, do Brasil e outros «estados emergentes», a que antigamente

chamávamos «Terceiro Mundo»). Também as economias reais de grande parte do mundo se tornaram globais e quase todos os estados no mundo dependem uns dos outros.

Se o projeto europeu falhar, então o peso da Europa continuará a diminuir – «e o mundo evolui na direção de um duvirato entre Washington e Pequim».

12 - Qual a cultura que nos une? Quais os valores comuns? Vale a pena lutar por eles?

Do Tratado de Roma (1957) ao Tratado de Lisboa, assinado no Mosteiro dos Jerónimos, em 13 de Dezembro de 2007, durante a Presidência Portuguesa da União Europeia, há um longo caminho percorrido, que alterou o quadro jurídico da União permitindo-lhe funcionar num mundo globalizado.

A União Europeia cresceu com uma política de “pequenos passos”. Passos em frente, alguns de regressão Mas são os momentos que parecem de retrocesso, que, uma vez ultrapassados, consolidam as grandes metas como, «a consciência de pertença comum a um espaço cultural identitário, europeu, cuja unidade [deve] ser preservada e defendida para o seu bem comum e paz perpétua»¹⁸.

Autores como Martins da Silva (2010) consideram 1945 o ano zero de uma Europa unida como a conhecemos hoje. A Europa estava a sair da guerra e era premente assegurar uma paz sólida e duradoura. A União Europeia é hoje um espaço de paz, onde ódios antigos e sequelas graves de um período marcado por horrores e calamidades parecem sanadas. É muito importante ter consciência deste passado até para perceber a dimensão da importância da pacificação da Europa. Só por isso, já valia a pena. Podemos não gostar de Angela Merkel e Nicolas Sarkozy não lhes reconhecemos rasgos de genialidade ou carisma. Mas vê-los amigos e sintonizados representa muito para quem viveu o horror da Guerra e do ódio recente ao qual se votaram.

A União Europeia propicia a diversidade e, embora os valores dominantes sejam os da civilização ocidental, a pluralidade de valores está hoje mais do que presente, pelo que «os cidadãos devem ser leais e sentir-se identificados não com uma identidade cultural comum mas sim com princípios constitucionais que garantam plenamente os seus direitos e liberdades», como sugerido pelo pensador alemão Jurgen Habermas.

Liberdade, justiça, solidariedade são valores comuns e basilares para quem acredita que a Europa pode recompor-se, não só através de poupanças orçamentais, mas antes, e acima

¹⁸António Martins da Silva, “Portugal... Entre o apelo do mar e o apego à terra, o discurso europeu na periferia atlântica”, in *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, nº 5, CHSC, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2005, p.177.

de tudo, com a capacidade de aceitar que é mais fácil sobreviver com a astúcia do equilíbrio, num esforço comum de encontrar esse ponto, para o qual todas as nações europeias poderão trabalhar, afirmando-se perante o mundo, com firmeza e determinação.

13- A percepção de “Europa” é comum em todos países do Mundo?

Diríamos que não. Diríamos que existe uma percepção “interna” à UE e uma percepção “externa” à UE!

Para os Americanos do Norte e do Sul: para os Canadianos, para os Brasileiros ou para os Argentinos, por exemplo. Para os Asiáticos: para os Chineses, para os Paquistaneses, para os Afegãos... Para os Árabes: para os Egípcios, para os habitantes do Qatar, etc., a Europa funciona como um bloco cultural e político apesar das especificidades dos seus Estados. Já os europeus, na sua generalidade, não têm uma percepção comum de si próprios esquecem-se que são europeus e vêem-se a si próprios como Belgas, Polacos, Húngaros, Alemães, Dinamarqueses, Portugueses, Espanhóis, Croatas...ou nas palavras do expoente da genialidade literária, Borges:

«Muy pocos europeos son-como decía Nietzsche- buenos europeos. Por eso es por lo que hemos sufrido una de las más grandes calamidades de la historia universal, a saber: las dos guerras mundiales. Porque los europeos han olvidado que eran europeos y han creído ser solamente – y también gloriosamente, por supuesto – franceses, británicos, italianos, alemanes, austriacos, soviéticos, lo que ustedes quieran. Por eso hemos conocido esas dos calamidades, las dos guerras mundiales europeas, que para mi fueron de hecho dos guerras civiles, de lo que no se daban cuenta los combatientes porque cada uno razonaba en función de su patria».¹⁹

Ou seja, para o resto do mundo o “outro” somos “nós”, o Velho Continente, cuja projeção no Mundo é indiscutível. Fomos os Descobridores/Conquistadores que deixaram marcas, boas e más. Somos os revolucionários que pregaram a Liberdade, a Igualdade e a Fraternidade, mas que aplicavam a guilhotina. Somos os Cristãos e os seus valores, mas também, com as suas cruzadas, somos os precursores dos Direitos Humanos, mas na sequência das maiores guerras da História da Humanidade. Guerras civis nas palavras do mítico escritor. O Mundo desconfia ou confia em nós na generalidade. Negoceia ou estabelece relações bilaterais, regionais, internacionais connosco, como um todo.

Perceber esta realidade é compreender, em boa parte, a utilidade e a responsabilidade de nos expressarmos a uma só voz no mundo, nomeadamente em matérias de Política Externa e Segurança comum. Vivemos uma insegurança coletiva. Perante o perigo eminente de um “choque de civilizações”, de mais atentados terroristas, de mais injustiças, de mais

¹⁹ Jorge Luis Borges, “Por qué me siento europeo?”, in *Textos Recobrados (1956-1986)*, [s.l.], EMECE Editores, 1997.

desemprego e precaridade, pelo menos por interesse tático e estratégico, mesmo que não seja por razões sentimentais, temos que perceber que temos um papel a desempenhar e que só uma União Europeia consistente e consolidada pode trazer paz e tranquilidade, a nós e ao Mundo.

Se os Países da UE, olharem só para os seus interesses como países, não conscientes do que uma Europa viva e organizada pode aportar à nossa civilização, pomos em causa a própria manutenção de relações pacíficas com outros países, com outros blocos políticos, dentro e fora da Europa. Precisamos de Instituições Europeias capazes de orientar para um destino que no futuro será partilhado, cientes de um passado que orgulha, um presente que desafia e um futuro que estimula.

14 - Portugal é um País pró Europeu?

Portugal assinou, no mesmo dia que a Espanha (12 de Junho de 1985), o tratado de adesão à então Comunidade Económica Europeia. Tinha solicitado a sua adesão em março de 1977, era Mário Soares Primeiro-ministro, passando a uma integração efetiva em 1 de Janeiro de 1986. Desde então, Portugal interiorizou a Europa e esta é, neste momento, um espaço de referência para os portugueses. Somos europeus em termos de civilização e valores. Temos as nossas saudáveis especificidades das quais só temos que orgulhar-nos. Fomos sempre saudavelmente ambiciosos, foi essa ambição que nos levou a percorrer «mares nunca dantes navegados». Somos exemplarmente tranquilos. Em muitas ocasiões na nossa história, e mesmo agora, demos ao mundo exemplos de tranquilidade responsável, civismo, atitude cívica, como quisermos chamar-lhe.

Ao contrário do referido por alguns autores, e do que advém de sentimentos de uma fraca auto-estima que nos persegue, o contexto cultural português é propício a altos padrões éticos. A honra, a palavra dada, o compromisso, a honestidade, a lealdade, o respeito, a solidariedade, a probidade, a coragem, o arrojo, são valores tradicionais na ambiência cultural portuguesa. Numa época em que vivemos numa agonia económica aflitiva, da qual não somos totalmente responsáveis nem coletivamente, nem muito menos individualmente, vivemos um dia de cada vez com esperança, prontos para dar o nosso melhor, assim os políticos que nos governam, em Portugal e na Europa, saibam comportar-se de uma forma ética, coerente e responsável²⁰.

²⁰ Leiam-se, a este propósito, as palavras de Luis Pais Antunes: "A verdade, contudo, é que a inconsciência que nos atraiu para o abismo tem rostos. A verdade é que se criaram aqui e ali grandes e pequenas fortunas à custa de uma gestão ruínosa e do nosso empobrecimento colectivo. Identificar e punir os principais responsáveis não vai certamente resolver os problemas que temos. Mas há dívidas que são imperdoáveis..." in, *Jornal de Negócios*, 27/10/ 2011.

Portugal orgulha-se de um passado em boa parte glorioso. O País está cheio de vestígios materiais e imateriais desse passado e o Mundo também. Na sua descoberta do Mundo, Portugal levou consigo a Europa e os seus mais representativos valores comuns.

Precisamente da época dos Descobrimentos, chega-nos a referência a uma curiosa e original iniciativa de união da Europa, atribuída ao rei D. Manuel I, «o monarca, auto-intitulado Rei de Comércio, da Conquista e da Navegação da Arábia, Pérsia, Índia e Etiópia, aquando da aparatosa embaixada de obediência enviada ao Papa (Leão X), em 1513, chefiada por Tristão da Cunha, mandou entregar ao Santo Padre um documento onde propunha a realização de um magno congresso dos príncipes cristãos europeus, para deliberar sobre a constituição duma aliança universal, espécie de Pan-Europa, sob a chefia do Sumo Pontífice, a fim de garantir a concórdia e a prosperidade europeias»²¹. Neste momento da história, Portugal gozava «duma paz profunda» em contraste com uma Europa que se transformava «num campo de batalha». Segundo a fonte referida por Martins da Silva, «se a iniciativa não teve resultados práticos, a culpa não foi do “grande rei Manuel I de Portugal” que se tornou “credor da gratidão da posteridade” mas sim porque a autoridade dos Papas era cada vez mais contestada numa Europa irremediavelmente dividida pelo vasto movimento da Reforma».

Camões expressa esta sensibilidade, da forma lúcida e expressiva que lhe é inerente, no Canto VII d' *Os Lusíadas*: «invectiva as Nações Europeias que se digladiam em fratricidas contendidas (alemães, ingleses e franceses) ou se distraem em viciosas ociosidades (italianos) - Que uns aos outros se dão à morte dura” -, em vez de, “ sendo todos de um ventre produzidos ”combaterem” “o superbíssimo Otomano” ou “o torpe Ismaelita”, engrandecendo a coragem e o exemplo dos Portugueses que sendo “ poucos quanto fortes” “muito façais na santa Cristandade». ²²

Estas manifestações de intenção surgiam no contexto da época, por força de um imaginário imperial e da pretensão de preservação da unidade religiosa, mas não deixam de ser registos dignos de nota no caminho para a Unificação Europeia.

«Uma primeira reflexão séria sobre o lugar de Portugal no “concerto europeu” saído do Congresso de Viana de 1815» deve-se a Almeida Garrett²³. Na sua obra, *Portugal na Balança da Europa* (1830), o eminente escritor considera que a Europa se encontra perante uma crise de civilização, da qual resultará o desaparecimento de todos os “antigos equilíbrios políticos”. Ainda segundo Garrett, a Portugal só lhe resta encontrar um novo posicionamento como Nação respeitada mas unida à Europa. «Deverá firmar um sistema político “indulgente, generoso e tolerante” que funcione como farol de esperança e realização para os portugueses:

²¹ António Martins da Silva, “Portugal... Entre o apelo do mar e o apego à terra ...”, ob. cit., p.178-179.

²² António Martins da Silva, “Portugal... Entre o apelo do mar e o apego à terra ...”, ob. cit., p.183.

²³ Almeida Garrett (1799-1854). Escritor, diplomata, militante e político liberal (1799-1854)

“liberdade sem sangue, igualdade sem desavenças, religião sem fanatismo, monarquia sem despotismo, nobreza sem oligarquia, governo popular sem demagogos.”»

«Fernando Pessoa (1888-1935) é, nas primeiras décadas do século XX, o maior e mais original nome português na forma multifacetada como cantou e contou a ideia de Portugal e a de Europa: é um nacionalista, que não o é (no sentido político ou ideológico), porque a sua forma de o ser é supranacional, europeia, universal. Ama a sua pátria como ama a humanidade, numa espécie de “compromisso supremo” ou de mediação entre o ser individual e o ser coletivo.»²⁴ Pessoa ama a sua pátria. «Mas a sua pátria “é a língua portuguesa” porque ela exprime a identidade de uma nação, esse “nada que é tudo” ou esse “ser tudo de todas as maneiras”; e essa nação, que é Portugal, tem uma alma universal, é o rosto com que a Europa “fita [...] o ocidente, futuro do passado”, como escreve no poema com que abre a *Mensagem*».

Após o 25 de Abril, «volvida a fase da vertigem revolucionária» a opção europeia é uma realidade incontornável, embora a condição geográfica periférica de Portugal e a sua natural exposição ao oceano levem a cíclicas perplexidades de encontro ou de desencontro em relação à Europa – «aqui, entre o apelo do mar e o apego à terra».

Assim, e se bem que Portugal retoma, hoje, uma política internacional de vertente atlântica, nomeadamente com os países de expressão oficial lusófona, o que é legítimo, desejável e consentâneo com a sua história multissecular, esta circunstância em nada afeta o lugar que lhe cabe na Europa do futuro.

15 - A Cidadania Europeia está interiorizada na nossa população, nomeadamente nos jovens?

A Cidadania Europeia não é hoje algo apenas reconhecido nos tratados. Tem um significado real para os europeus. Existe, sem dúvida, uma consciência de identidade europeia, sobretudo nos jovens. Terá muito a ver com todo um trabalho das escolas, institutos e universidades que levou a interiorização e a convicção de que têm efetivamente uma cidadania supranacional, europeia.

Portugal, com uma comunidade nacional homogénea e solidária e uma fortíssima tradição histórica, não tem razão para temer este caminho. «O interesse europeu é parte integrante dos interesses nacionais e a estabilidade da posição de Portugal da Europa constitui o alicerce em que assenta a nossa política externa.» (Jorge Sampaio, 2002). Certas questões relacionadas com nacionalismos noutros países - como se alguém tem ou não «sangue» português, se tem ou não ascendência portuguesa - não são muito enfatizadas em Portugal. É

²⁴ António Martins da Silva, “Portugal... Entre o apelo do mar e o apego à terra ...”, ob. cit., p.189.

indiscutível que, sobretudo nos jovens que nasceram com a nossa adesão à CEE, ou naqueles cuja vida é a vida do TUE, se desenvolveu um forte sentimento de identidade europeia do qual algumas pessoas mais velhas nem se apercebem.

Estamos num momento de transição. Alguma coisa vai ter que mudar perante o enfraquecimento do sistema socioeconómico e do sistema democrático e essa alteração da sociedade vai acontecer a partir dos jovens. A maior parte deles tem hoje uma formação académica notável em relação às gerações anteriores, estão, portanto, mais preparados para intervir. Incutem um novo discurso, uma nova leitura da realidade, recorrem a outro tipo de meios no que concerne ao funcionamento da sociedade e das Instituições. Era bom que a classe política e os adultos com responsabilidades fossem atentos a estes sinais e capitalizassem este contributo, o que interessa afinal pois é a eles que o futuro pertence.

16 - Estará a crise europeia associada a uma crise de liderança?

A Crise de Liderança já era apontada como um fator de risco no contexto europeu, no relatório do Grupo de Pessoas Eminentes, solicitado pelo Secretário Geral do Conselho da Europa, em 2010, a propósito do Projeto "Living together in 21st century Europe". Atente-se das palavras do referido relatório:

«Europe is reacting in a defensive and unimaginative way to the challenges of the 21st century, ... it must in part because there seem to be few leaders – whether at national level or at that of European institutions whether political or religious, whether found among opinion formers or in other areas of civil society – who can inspire confidence by articulating a clear vision of Europe’s destiny and a convincing strategy for getting there. This lack of leadership may be in part a symptom of the crisis but it must also contribute to it»²⁵.

Este problema tem sido recorrentemente apontado, nomeadamente, de forma perentória e eloquente por Nigel Farage, Co-Vice-Presidente da Comissão Europeia, do partido inglês UKIP que numa das suas intervenções, em pleno Parlamento Europeu, criticou os quatro dirigentes máximos das principais Instituições Europeias, questionando fortemente a sua falta de competência, a sua arrogância e até a sua legitimidade uma vez que nem eleitos são.

«Bom, aqui estamos nós, à beira de um desastre financeiro e social, e... nesta sala temos quatro homens que supostamente seriam os responsáveis, no entanto, temos escutado, aos quatro, os discursos mais aborrecidos que já vi.»²⁶

²⁵ Cf. “Living together. Combining diversity and freedom in 21st century Europe” in *Report of the Group of Eminent Persons of the Council of Europe*, 2011 [Em linha]. [Consult. 23 de Janeiro de 2012]. Disponível em WWW: <URL: http://www.coe.int/t/dg4/education/edc/default_EN.asp>

²⁶ Retirado da Intervenção de Nigel Farage em 11 de Novembro de 2011 [Consult. em 27 de Janeiro de 2012]. Disponível em WWW: <<http://www.youtube.com/watch?v=dLf0wfMFOaw>>

Também em Portugal as questões de liderança são frequentemente postas em causa. Atente-se num artigo de opinião de Pedro Vaz Serra, Economista.

«A Alemanha e a França tomam a dianteira, não apenas porque são as maiores economias da zona Euro, mas porque não existem lideranças na Europa que consigam fazer-lhes companhia. Mais ainda: noutros tempos, não muito distantes, Merkel e Sarkozy – que são políticos sem grande carisma, sem grande rasgo e sem grande inspiração – seriam mais duas vozes entre os 27, sempre ouvidas e respeitadas, naturalmente, mas sem terem o espaço (e a tentação) de ocupar e ter um ascendente sobre o espaço europeu, no qual estão integrados, mas que não é, nem pode ser, uma propriedade partilhada por ambos. »

Todos sabemos que uma má liderança pode ter um efeito devastador sobre o desempenho e a reputação de uma organização e todos sabemos que uma liderança eficaz estimula a confiança, transmite segurança, pode e deve ser inspiradora.

Voltando a Javier Solana:

«Lo único que puede evitar que acabemos en esa situación [un desastre general] es una actuación inteligente por parte de los dirigentes políticos.»

Também o Presidente do Parlamento Alemão, na sua recente visita a Portugal, citou Max Feber a propósito de más lideranças: “Um bom político precisa de paixão, responsabilidade e bom senso”.

Terminamos estas breves considerações com Martins da Silva:

«A crise da Europa, do presente, não é uma manifestação da senilidade ou da agonia do projecto comunitário, como alguns proclamam; é uma crise de liderança traduzida numa deriva governamental, agastada por mesquinhos interesses nacionais, que não têm em conta o sentir dos respectivos cidadãos, em particular, e persiste em ignorar a vontade dos europeus em geral [...] a Europa nova do futuro tem de empenhar-se solidariamente no reforço da via federal – ou, se o termo incomoda, do método comunitário ou do processo de integração – sem pretensões hegemónicas no seu seio, assente no princípio da subsidiariedade e no respeito da diversidade dos povos que a compõem.»²⁷

17 - Que porvir para a cidadania europeia deste século?

Nos últimos anos a concretização do estatuto de cidadania europeia passou muito além do nível teórico. Foi criado um grupo de especialistas que redigiu uma Carta de Direitos Fundamentais e criado o Programa específico «Direitos fundamentais e cidadania» no âmbito do programa geral «Direitos fundamentais e justiça»²⁸ cujo objetivo é, entre outros,

²⁷ António Martins da Silva, “Portugal... Entre o apelo do mar e o apego ...”, ob. cit., pp. 218-219.

²⁸ Cf. Programa específico «Direitos fundamentais e cidadania», *Jornal Oficial da União Europeia* [Consult. em 27 de Janeiro de 2012]. Disponível em WWW: <URL:<http://www.qren.pt/download.php?id=465>>.

«Promover o desenvolvimento de uma sociedade europeia assente no respeito pelos direitos fundamentais, reconhecidos no n.º 2 do artigo 6.º do Tratado da União Europeia, incluindo os direitos conferidos pela cidadania da União».

Já em 1974, Tindemans, então Primeiro Ministro Belga, tinha elaborado um parecer a que chamou “A Europa dos Cidadãos”, onde propunha uma série de atuações dirigidas à maior proteção dos direitos dos cidadãos, que levariam, no seu entender, ao aparecimento de uma “consciência europeia”: a unificação de passaportes, o desaparecimento dos controlos das fronteiras, a utilização indistinta dos benefícios e sistemas de Segurança Social, a validação de títulos e curso académicos... Ora, todas estas medidas são hoje quase uma realidade e contribuíram efetivamente para que nos identifiquemos como Europeus da União Europeia.

Hoje as cidadanias nacionais dos países membros da EU parecem consolidadas e um estatuto de cidadão europeu supranacional sanaria provavelmente muitas questões latentes nesta matéria e proporcionaria soluções saudáveis e naturais à crise económica e financeira que ameaça transformar-se numa bem mais grave, de Cidadania e Direitos Fundamentais inalienáveis do ser humano, nos quais devíamos concentrar-nos e ancorar-nos.

Uma cidadania europeia supranacional faria com que certas barreiras económicas, sociais, culturais e até linguísticas fossem ultrapassadas - as novas gerações já são bilingues natos - uma cidadania da União, não complementar às cidadanias nacionais, mas que as substitua de forma a que os nacionais dos Estados-Membros sejam tratados de igual modo no espaço comunitário.

O atual presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso, num discurso recente afirmou acreditar que os europeus deverão «continuar a reforçar a Europa no espírito de Maastricht». Referiu ainda que «Hoje em dia reconhecemos que o problema não está em haver demasiada Europa, mas antes em não haver Europa suficiente. Precisamos de uma Europa mais forte, de uma governação mais forte, sobretudo face aos grandes desafios da mundialização»²⁹.

Talvez os desafios de globalização criados pelos países emergentes venham dar o toque agregador que faltava a uma Europa que precisa de olhar para si própria unida na complexidade plural que a constitui. A única maneira de construir uma verdadeira cidadania europeia é reconhecer-lhe o seu carácter não passivo, mutante, ativo, baseado na participação política e cívica e num amplo alargamento de liberdades e direitos.

²⁹ In “Tratado de Maastricht foi assinado há 20 anos”, *Mundo - PUBLICO.PT*, 07.02.2012, [Em linha]. [Consult. em 14 de fevereiro de 2012]. Disponível em WWW <URL: <http://www.publico.pt/Mundo/tratado-de-maastricht-foi-assinado-ha-20-anos-1532620>> .

III - Conclusão

A Europa é hoje confrontada com enormes desafios. A criação de emprego e a manutenção da coesão social, a luta contra o terrorismo, uma política exterior e de Segurança consonante com os conflitos que alastram a Sul e a Leste, a promoção de políticas energéticas eficientes, a capacidade de mobilizar os cidadãos para a sua participação ativa no processo de construção europeia. Este último constituiu a vertente abordada neste trabalho. O Tratado de Maastricht, bem como o Tratado de Lisboa introduzem disposições e mecanismos que visam a aproximação dos cidadãos da União e das suas instituições quer através do reforço de poderes do PE, quer através de Programas e iniciativas como o Programa “Sócrates”, “Iniciativa Cidadania Europeia”, “Iniciativa cidadã”, ou o agora lançado: “Ano Europeu dos cidadãos”.

Temos liberdade de circulação (*espaço Schengen*) e residência, podemos participar no sufrágio autárquico e europeu do lugar onde residirmos, temos um mercado único, uma moeda única, um Programa ERASMUS que permite a estudantes do ensino superior fazerem um período de formação noutro país,

A crise atual é relativa! É como em tudo na vida. Um mal nunca vem só. Muito mais importante do que as dívidas e os défices são as pessoas. Não permitir que caiam em depressão, que percam a esperança, que percam os seus empregos, que nasça uma espiral de pobreza que leva a uma espiral de violência que em breve não controlamos e que desencadeará uma “crise” muito real. Um desastre, que temos que evitar!

Mais assustador que do que a própria crise económica, é o facto de a classe política não conseguir ultrapassar os condicionalismos que criou e pensar a economia de uma forma realista que ajude a encontrar soluções para os problemas.

A resolução de uma crise exige firmeza nos objetivos, capacidade e audácia para procurar soluções novas e inovadoras. Aliás, a procura de soluções para resolver as crises tem sido a força motriz do desenvolvimento, ao longo da História da Humanidade.

«Crise é a maior graça que pode ser dada aos povos e aos países, porque a crise traz progresso...Foi devido às crises que se produziram invenções, descobertas e foram concebidas grandes e notáveis estratégias. A desorientação dos povos e países provém da esperança de que se podem encontrar soluções fáceis para as crises...A verdadeira crise é a da incompetência.»

Albert Einstein

BIBLIOGRAFIA

- ANTUNES, Luís Pais, “Dívidas imperdoáveis”, *Jornal de Negócios*, 27/10/2011. [Em linha]. [Consult. 22 de Janeiro de 2012]. Disponível em WWW: <URL: http://www.jornaldenegocios.pt/home.php?template=SHOWNEWS_V2&id=515271>
- ALMEIDA GARRETT, João M. L., “Portugal na Balança da Europa”, S.W. Sustenance, Londres, 1830, livro eletrónico. [Consult. em 12 de janeiro de 2012]. Disponível em WWW:URL:http://books.google.pt/books/about/Portugal_na_balan%C3%A7a_da_Europa.html?id=ksIGAAAAQAAJ&redir_esc=y.
- BORGES, Jorge Luís, “Por qué me siento europeo?”, in *Textos Recobrados (1956-1986)*, [s.l.], EMECE Editores, 1997.
- COMISSÃO das COMUNIDADES EUROPEIAS - *Governança Europeia: Um Livro Branco*. Bruxelas: CCE, 2001.
- FISCHER, Joschka *et al.*, “Living together. Combining diversity and freedom in 21st century Europe”, in *Report of the Group of Eminent Persons of the Council of Europe*, 2011, [Em linha]. [Consult. 23 de janeiro de 2012]. Disponível em WWW: <URL: http://www.coe.int/t/dg4/education/edc/default_EN.asp>
- FONSECA, Fátima, “Envolvimento dos cidadãos nas políticas da administração local”, in MOZZICAFREDDO, J.; GOMES M. T. S.; BATISTA J. (org.) - *Ética e administração: como modernizar os serviços públicos*, Oeiras, Celta Editora, 2003.
- FRANCO, José Eduardo, “O mito e o espelho: A ideia de Europa em Eduardo Lourenço”. Disponível em http://www.eduardolourenco.com/6_oradores/oradores_PDF/Jose_Eduardo_Franco.pdf> [acedido a 12/02/2012].
- GOMES, Maria Teresa Salis, “Comunicação para uma democracia participada” in GOMES, M. T. S. (coord.), *A face oculta da governança: Cidadania, Administração Pública e sociedade*. Oeiras, INA, 2005.
- LOURENÇO, Eduardo, *A Europa desencantada: para uma mitologia europeia*, Lisboa, Visão, 1994.

MALHOTRA, Yogesh, “Measuring Knowledge Assets of a Nation: Knowledge Systems for Development”. Presentation delivered at the *Ad Hoc Group of Experts meeting, Knowledge Systems for Development United Nations Headquarters*, New York: United Nations Headquarters, 2003. [Em linha]. [Consultado em 12 de janeiro de 2012]. Disponível em WWW: <URL: <http://km.brint.com/KnowledgeManagementMeasurementResearch.pdf>>. p. 32.

MARTINS, Rui Cunha, *O Método da Fronteira. Radiografia Histórica de Um Dispositivo Contemporâneo*, Coimbra, Almedina, 2008.

MOZZICAFREDDO, Juan, “A Responsabilidade e a Cidadania na Administração Pública”, Comunicação apresentada no Colóquio Administração e Políticas Públicas, Lisboa, ISCTE, 2002.

MOZZICAFREDDO, Juan, “A responsabilidade e cidadania na Administração Pública”, in MOZZICAFREDDO, J.; GOMES M. T. S.; BATISTA J. (org.), *Ética e administração: como modernizar os serviços públicos*, Celta Editora, Oeiras, 2003.

NUNES, António José Avelãs, *Uma volta ao mundo das ideias económicas. Será a economia uma ciência?*, Coimbra, Edições Almedina, 2008.

OCAÑA, Juan Carlos, “A União Europeia: O Processo de Integração e a Cidadania Europeia - Cidadania e Identidade europeia”, 2003. [Consult. 01 de fevereiro de 2012]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.historiasiglo20.org/europortug/cididentidade.htm>>

PARLAMENTO EUROPEU, “Resolução do Parlamento Europeu, de 18 de janeiro de 2012, sobre as conclusões do Conselho Europeu de 8 e 9 de dezembro de 2011 sobre um projeto de acordo internacional relativo a uma união de estabilidade orçamental (2011/2546(RSP))”, in *Textos Aprovados pelo Parlamento Europeu na sessão de 18 de janeiro de 2012*, Bruxelas, pp.3-5.

RATO, Helena; SILVA, Matilde Gago da, “Investimento no capital humano da Administração Pública, factor essencial na resolução da crise”, in *Atas do 8º Congresso Nacional de Administração Pública – Desafios e Soluções*, Carcavelos,

- Lisboa, INA, 2011. [Consult. 27 de Janeiro de 2012]. Disponível em WWW: <URL: <http://hdl.handle.net/10782/574>>
- RIBEIRO, M. Manuela Tavares, *A ideia de Europa, uma perspectiva história*, Coimbra, Quarteto Editora, 2003.
- RIBEIRO, M. Manuela Tavares (dir.), *Ideias de Europa: que fronteiras?*, Coimbra, Quarteto Editora, 2004.
- RIO, Olinda M. M., “Aprender a viver a democracia – Novas realidades, novos horizontes”, *Revista Debater a Europa*, dezembro/janeiro de 2010. [Em linha] [Consult. 02 de fevereiro de 2012]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.europe-direct-aveiro.aeva.eu/debatereuropa/>>.
- RIO, Olinda M. M., “Ética e exercício de Cidadania: o Papel da Administração Pública” in *Atas do 8º Congresso da Administração Pública Portuguesa - Desafios e Soluções*. Carcavelos, Lisboa, INA, 2011. [Consult. 15 de janeiro de 2012]. Disponível em WWW: <URL: <http://hdl.handle.net/10782/583>>
- RIO, Olinda M. M., “A Europa de Salvador de Madariaga – um intelectual universal”, comunicação ao seminário de Dinâmicas Culturais e Identitárias do Doutoramento em Estudos Europeus, FLUC, *Eurofacts*, em 25 de novembro de 2011.
- RODRIGUES, António Augusto Simões (dir.), *História comparada: Portugal, Europa e Mundo. Uma visão cronológica*, vol. 2, Lisboa, Temas & Debates, 1997.
- ROLLO, Maria Fernanda, *Portugal e o Plano Marshall (1947-1952)*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994.
- RODRIGUES, José Noronha de, *A Identidade e (Des)Identidade dos Valores Europeus, Textos Doutrinários*. Coimbra, Datajuris, Direito e Informática, 2010.
- SILVA, António Martins da, *Portugal e a Europa – distanciamento e reencontro. A ideia de Europa e a Integração Europeia: ecos, reacções e posicionamentos (1830-2005)*. Viseu, Palimage Editores, 2005.

SILVA, António Martins da, “Portugal... Entre o apelo do mar e o apego à terra. O discurso europeu na periferia atlântica”, in *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, nº 5, CHSC, FLUC, 2005.

SILVA, António Martins da, *História da Unificação Europeia: A Integração Comunitária (1945-2010)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.

SCHMIDT, Helmut, “A Alemanha na Europa, com a Europa e pela Europa”, discurso apresentado ao Congresso do SPD, em 2011, Berlim. [Consult. 28 de janeiro de 2012]. Disponível em WWW: <URL: <http://inteligenciaeconomica.com.pt/?p=10671>>

SOLANA, Javier, “Austeridad contra Europa”, *El País, Tribuna*, 01/02/2012.

VALENTE, Isabel Maria Freitas, *As Regiões Ultraperiféricas Portuguesas, Uma Perspectiva Histórica*, Centro de Estudos de História do Atlântico, Funchal, 2009.

VAZ SERRA, Pedro, “Inovação e Responsabilidade – Desafios e Soluções”, XIV Encontro AECA - Asociación Española de Contabilidad y Administración de Empresas. Coimbra, 2010.

VAZ SERRA, Pedro, “Um eventual referendo à Europa, via Grécia”, *Diário de Coimbra*, 11/11/2011. p. 9.

FONTES INTERNET

Programa e prioridades da presidência dinamarquesa. Disponível em <http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_cot_id=7285&p_est_id=14648> [acedido a 28/01/2012].

Essencial sobre Cidadania Europeia. Disponível em <http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_cot_id=2797> [acedido a 21/01/2012].

Programa “Europa para os cidadãos”. Disponível em <<http://www.anmp.pt/anmp/doc/Dint/2007/div/EUPG20072001301pt.pdf>> [acedido a 14/01/2012].

Discurso do Presidente da República Jorge Sampaio, 2002. Disponível em <<http://jorgesampaio.arquivo.presidencia.pt/pt/noticias/noticias/discursos-777.html>> [acedido a 21/01/2012].